

# MOVIMENTO SINDICAL — O PERMANENTE DESAFIO DA RENOVAÇÃO

Antonio David Cattani\*

## 1 - Pressupostos teóricos

O movimento sindical (MS) tem importância fundamental na formação e na dinâmica das esferas social e econômica.<sup>1</sup> A partir do século XIX, a força social concentrada e institucionalizada nos sindicatos alterou profundamente as condições de relacionamento das elites com as massas trabalhadoras. As associações operárias, ao reduzirem a fragilidade individual perante o capital, ao lutarem contra a estratégia de fungibilidade da força de trabalho, provocaram reações que alteraram o curso e o conteúdo da História. Os princípios de liberdade, fraternidade e igualdade, consagrados depois da Revolução Francesa, deixaram de ser ideais da intelectualidade burguesa e passaram para o terreno material da vida social e econômica. Face a trabalhadores desorganizados e dispersos, o patronato não se sentiu pressionado a mudar as condições de produção. Confrontado com instituições operárias fortes e aguerridas, ele foi obrigado a dar respostas tecnológicas e organizacionais modernizantes, acelerando o crescimento econômico e o desenvolvimento das forças produtivas.

O resultado da produção ampliada na dialética do conflito passou a ser disputado palmo a palmo: na esfera fabril, na esfera parlamentar e, por fim, no aparelho de Estado. As lutas pela redistribuição do produto foram acompanhadas pelas reivindicações de direitos sociais e políticos. O resultado desse processo delimitou, em alguns países, o chamado *Welfare State*. Estabilidade dos contratos salariais, extensão dos direitos sociais, fruição quase generalizada de um elevado padrão de vida são algumas das características do Estado de Bem-Estar obtidas não pela condescendência das elites, mas através de um longo e, por vezes, violento desenrolar de lutas sindicais. Se esse processo é evidente nos países norte-ocidentais, no caso brasileiro a relativa fraqueza do movimento sindical leva a minimizar a importância da ação coletiva dos trabalhadores. Defendemos o princípio analítico que estabelece que essa ação é funda-

---

\* Professor do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS e Coordenador do Centro de Documentação do Sindicalismo.

<sup>1</sup> Ver David (1966).

mental para a compreensão da transformação econômica e social. É ela que dá inteligibilidade às condições e às conseqüências do permanente enfrentamento entre os agentes sociais. Esse princípio é válido mesmo naquelas situações em que houve a relativa neutralização da ação sindical. Seja pela sua presença, seja pela sua ausência, o MS não pode ser ignorado, sob pena de se considerarem os processos de transformação como obra exclusiva de demiúrgicas elites ou resultados de estruturas auto-referentes, descarnadas dos seus agentes. O movimento associativo dos trabalhadores está intrinsecamente inserido na tecedura social e é responsável pela densidade dessa malha e pelas suas possíveis rupturas.

Também como princípio norteador da análise, consideramos que não existem uma forma consolidada e funções imutáveis na ação sindical. O movimento associativo está em permanente mutação em termos organizativos e estratégicos, e o desafio de sua renovação é recolocado a cada momento.

## 2 - Sindicalismo no Brasil

A correlação de forças capital *versus* trabalho é definida por uma gama variada de fatores: volume, diversidade e mobilidade da força de trabalho, capacitação das elites em agenciar o aparato produtivo e o aparelho de Estado, etc. De forma equivocada, inúmeros analistas consideram que, no caso brasileiro, esses foram os únicos fatores que jogaram contra o interesse dos trabalhadores. Ilustram suas análises com dados sobre as imigrações e migrações, especialmente com o deslocamento para as novas fronteiras, com estudos sobre as características peculiares das elites. Porém essas são condições e estratégias capitalistas normais no crescimento capitalista. Não existe nenhuma especificidade brasileira na forma de agenciar esses elementos. A hegemonia burguesa no Brasil advém, no período recente, da sua habilidade em implantar o modelo sindical corporativo como forma de desarmar o potencial dialético e ruptivo dos conflitos entre o capital e o trabalho.

Até 1930, aproximadamente, as iniciativas e as instituições operárias foram marcadas pela relativa autonomia face ao patronato e ao Estado. Apesar das tentativas de disciplinarização e da violência recorrente, os trabalhadores, entre erros e acertos, buscavam definir formas institucionais independentes e lutavam em diferentes instâncias organizativas. O pluralismo ideológico e o encaminhamento de lutas sob formas heterogêneas caracterizaram o fim do século XIX e as duas primeiras décadas do século XX. Após a Revolução de 30, essa diversidade foi substituída por rígidos e detalhados princípios de enquadramento legal no denominado "modelo corporativo". Embora a resistência dos trabalhadores tenha conseguido retardar, por alguns anos, sua aplicação, a fúria legiferante e repressiva do Estado Novo moldou definitivamente o novo quadro legal e institucional da ação sindical. A natureza e os princípios de funcionamento dos sindicatos foram totalmente alterados. De instituições autônomas, potencializadoras dos interesses operários, os sindicatos foram transformados em verdadeiras repartições públicas, definidas por lei como "função delegada do Estado",

a fim de colaborar para a harmonia entre as classes (GOMES, 1988). É importante destacar que, no Mundo todo, são raros os casos similares. A Alemanha sob o nazismo, a ex-União Soviética e Portugal até 1974 são exemplos parecidos de neutralização do movimento sindical ou do seu atrelamento aos interesses do Estado.

A sucessão de regimes de governo não alterou os princípios básicos de funcionamento do modelo corporativo brasileiro. Entre 1945 e 1988, foram se sucedendo períodos democráticos, populistas, ditatoriais, que em nada mudaram a tutela estatal sobre o movimento sindical.

Cabe lembrar as principais características desse modelo, uma vez que, tanto em termos legais, institucionais como ideológicos, ele permanece até hoje.

Primeiro, por imposição legal, as entidades sindicais tiveram suas funções históricas deturpadas, ampliando as dificuldades da população em participar dos movimentos associativos. O índice de filiação a partidos e a associações diversas é extremamente baixo. Sondagens de opinião registram que a "confiança" nos sindicatos é alta, mas as estatísticas apontam que a real participação nas entidades é numericamente insignificante.<sup>2</sup> Levantamentos realizados pelos sindicatos ao longo dos anos 70 apontavam como principal razão para a filiação o acesso aos serviços assistenciais.

Associada a essa questão, desenvolveu-se a "ideologia da outorga", isto é, a percepção de que direitos sociais são concedidos pelo Estado benevolente ou obtidos através de práticas clientelísticas, ao invés de resultado de lutas efetivas.

Segundo, por força de lei, foi reforçado sobremaneira o corporativismo divisionista. As diferentes categorias de trabalhadores passaram a considerar-se, se não inimigas, pelo menos concorrentes até mesmo naquelas questões básicas de interesse comum. Como decorrência, multiplicaram-se as entidades em número descabido. A profusão de entidades não é, por si só, um problema, porém a categórica proibição de atividades intersindicais e de formação de centrais ampliou a fragmentação e o enfraquecimento do movimento.

Terceiro, graças ao Imposto Sindical e aos dispositivos "celetistas", o poder da burocracia aumentou ao longo dos anos. O controle dos processos internos e dos procedimentos eleitorais garantiu a permanência da mesma diretoria por inúmeros mandatos.

Essas são as questões gerais atinentes à institucionalização e aos condicionamentos da dinâmica do movimento sindical. Elas constituem um pano de fundo permanente que deve ser considerado na análise do MS nos anos 90. Devido às limitações de espaço, não serão considerados os movimentos sociais no campo. As iniciativas nessa área, especialmente aquelas ligadas ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, estão entre as mais ricas e promissoras do movimento associativo. Para preencher essa lacuna, recomendamos os trabalhos dos autores especialistas nesse tema (SANTOS, 1992, GORGEN, 1991).

---

<sup>2</sup> Ver Demo (1990).

### **3 - Sindicalismo no RS — 1979-90**

Como não poderia deixar de ser, os condicionamentos gerais definidos pelo modelo corporativo afetaram também a realidade local. Raros foram os fatos ou as tendências no RS que destoaram dos do resto do Brasil. Consideraremos nesta análise apenas o período inaugurado pelo transbordamento da insatisfação represada entre 1964 e 1978.

Nos 15 primeiros anos da ditadura militar, o movimento sindical esteve cooptado pelas vantagens clientelísticas patrocinadas pelo Governo e, de outra parte, inibido pela violência estatal. Intervenções em sindicatos e centenas de cassações de dirigentes somaram-se à repressão sobre os militantes opostos à ditadura. Em 1963, ocorreram 37 greves importantes no RS. Nos três primeiros meses de 1964, foram deflagradas 11 greves de grande impacto, envolvendo milhares de trabalhadores. Em menos de dois anos, ocorreram seis greves gerais. Nos quatro anos seguintes, eclodiram apenas seis greves, sem nenhuma importância política ou econômica, e, entre 1969 e 1977, não houve deflagração de nenhuma greve (PETERSEN, 1981).

Esse período é referido por certos autores e por sindicalistas como a "longa noite do proletariado", traduzindo, assim, a idéia de hibernação do MS. Na verdade, essa "longa noite" significou para alguns dirigentes uma noite eterna e para outros prazerosos momentos. Inúmeros pelegos passaram a gozar das benesses do Imposto Sindical e do Ministério do Trabalho, freqüentaram os corredores atapetados dos ministérios, utilizaram as poltronas do Centro de Formação George Meany da AFL-CIOL nos Estados Unidos e usufruíram da segurança e da tranqüilidade das sedes das federações e das confederações. Isso sem contar as sinecuras proporcionadas pelos cargos de vogal e juiz classista da Justiça do Trabalho.

O "reinado dos pelegos" traduziu-se para algumas categorias em vantagens localizadas e efêmeras: colônia de férias em Cidreira ou Pinhal, sedes de sindicatos, assistência médica e odontológica de segunda categoria, etc. As mobilizações foram substituídas pela negociação nos limites estritos da lei, e as greves deram lugar à ação do advogado trabalhista. A reivindicação soberana foi substituída pelo pedido de intermediação do Comandante do Terceiro Exército (CANHA, 1986). Sindicalistas e patronato somaram esforços para que a ordem permitisse o progresso. Essa situação, comparável à pseudotranqüilidade das águas mornas e putrefatas, escondia o crescimento da desigualdade, da injustiça e da exploração (SINGER, 1981, *Anu. Trab.*, 1993).

Na festa do 1º de Maio de 1978, os setores conservadores do MS promoveram a "Festa do Capacete" no Estádio Beira Rio, reunindo 10.000 trabalhadores para homenagear o General Presidente Geisel. Mas, também nesse ano, os trabalhadores passaram a retomar sua ação coletiva autêntica. O que ocorreu nos quatro anos seguintes reforça a tese do papel central que essa ação teve no desenrolar histórico. A "abertura" política não foi obra das elites ou de algum general presidente assessorado por um "Maquiavel" provinciano, mas, sim, o resultado da pressão exercida por milhões de trabalhadores que respaldaram ações parlamentares e mobilizações de amplos segmentos da sociedade civil. O desabafo do General não pode ser mais objetivo: "(...) esquerdistas nós colocamos na cadeia, mas 100.000 operários não tem maneira".

Após duas pequenas greves isoladas por empresa, ocorreu a greve dos médicos residentes do Hospital de Clínicas, com duração de 17 dias. Pela primeira vez, uma categoria entendida como não componente da classe trabalhadora paralisava suas atividades e apresentava reivindicações idênticas às operárias. As autoridades, pegas de surpresa, demoraram para reprimir a paralisação. A fissura no bloco autoritário, até então monolítico, tinha começado. Em 1979, sucederam-se greves de professores (imobilizados desde 1956), bancários, mineiros, trabalhadores da construção civil, entre outras. Aproximadamente 236.000 trabalhadores estiveram envolvidos intensamente com essas paralisações (SOARES, 1984). A greve dos bancários foi duramente reprimida com a demissão de 400 grevistas e com a prisão dos líderes do movimento. Mas, apesar disso, a coesão do movimento foi ampliada, configurando elementos ideológicos, discursivos e políticos que foram referência para a década seguinte.

Iniciativas isoladas motivadas por insatisfações localizadas, as greves foram se sucedendo e amalgamando fatores e personagens que começaram a animar um movimento político e institucional que passou a ser conhecido como Novo Sindicalismo. O adjetivo novo, auto-atribuído, visava diferenciar o movimento das práticas ditas pelegas. Na verdade, tratou-se da atualização de concepções e de práticas correntes antes de 1930. Sinteticamente, o Novo Sindicalismo propunha a luta pela liberdade e pela autonomia sindicais e a conseqüente ruptura com o sistema de tutela do Estado e com a orientação acomodada dos dirigentes sindicais conservadores. Ao contrário destes, acostumados a buscarem na Justiça do Trabalho o atendimento das reivindicações, para os adeptos do Novo Sindicalismo a greve era definida como a forma prioritária de arregimentação e de conquista de direitos.

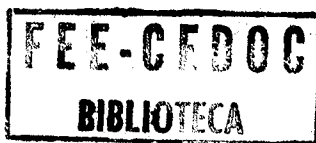
Foi através das greves que o movimento sindical definiu a necessidade de romper com a ordem legal imposta pelo Estado e com os dirigentes conservadores que estavam à testa das entidades. As greves em 1979 e 1980 estiveram igualmente na origem dos principais fatos e personagens que marcaram a década seguinte. Nesses dois anos, ocorreram mais de 40 greves nas principais categorias de trabalhadores (bancários, professores, trabalhadores na alimentação, no transporte coletivo, etc.). Dentre os resultados mais significativos dessa seqüência de greves, podemos destacar os seguintes:

- a) as greves são, por definição, um momento de ruptura da ordem, da normalidade e da legalidade vigentes. Esse princípio vale mesmo quando se trata de greves isoladas. Para o trabalhador acostumado a obedecer, o fato de interromper o trabalho, de caminhar como cidadão pleno no local de trabalho e na rua, de ouvir pronunciamentos contestadores, de poder se expressar livremente deixa marcas duradouras. Dentre os milhares de trabalhadores envolvidos nas greves, surgiram novos dirigentes e ativistas que passaram a ter expressão no movimento social e político, na década seguinte. As exigências organizacionais, teóricas e políticas capacitaram também uma leva de militantes que já possuía uma bagagem intelectual e política construída em outros processos. São inúmeros os personagens que estiveram envolvidos, direta ou indiretamente, nas lutas daquele período e que têm proeminência na vida política e intelectual atual (prefeitos, vereadores, secretários municipais, deputados estaduais e federais, prestigiosos advogados e professores, dirigentes de associações científicas, culturais);

- b) associado ao movimento grevista, um consistente processo de democratização passou a permear as mais diferentes instituições. A rigidez e a mediocridade impostas pela ditadura militar passaram a ser contestadas de forma subterrânea, mas, ao mesmo tempo, irreversível. O que até então eram atos de contestação isolada se articulou com processos mais amplos pela liberdade de expressão, de engajamento e de organização;
- c) as greves tensionaram sobremaneira o Estado, os diversos segmentos da sociedade civil e o aparelho produtivo, levando a uma clarificação de posições políticas até então engessadas ou escamoteadas pela ditadura militar. Profissões de fé no valor da democracia foram desmascaradas pelas práticas repressivas sobre os trabalhadores. Os mesmos líderes empresariais que se apresentavam como liberais e democratas chamavam a Brigada Militar para impedir a greve nas suas fábricas. Intelectuais e políticos até então considerados progressistas atacavam as greves através dos meios de comunicação, considerando-as prematuras ou inoportunas. A idéia básica era que a volta à democracia não deveria ser "tumultuada" pela ação dos trabalhadores;<sup>3</sup>
- d) o mesmo tensionamento atingiu a estrutura sindical, revelando sua fragilidade e incapacidade de agenciar ou potencializar as lutas dos trabalhadores. No novo contexto econômico e político, raros foram os dirigentes sindicais que aceitaram as pressões da base e encaminharam reivindicações ou greves. Descontentes com essa incapacidade, militantes em várias categorias iniciaram o movimento das Oposições Sindicais, responsável pela renovação dos principais sindicatos (RECH, 1987);
- e) sem esgotar as referências a todas as transformações provocadas pela retomada das greves no final da década de 70, podemos destacar o efeito de "dessacralização" de algumas categorias. Professores, médicos, profissionais de nível superior foram obrigados a admitir sua condição de assalariados em processo de proletarização. Depoimentos da época revelam a dificuldade dessas categorias em reconhecer a necessidade de participação e de mobilização em ações até então entendidas como "coisa de operários".<sup>4</sup> Aos poucos, desfazia-se a ilusão de que bastava o esforço individual para o sucesso profissional e de que o mercado de trabalho era permeável de forma homogênea para todos. A percepção da verdadeira dinâmica segregadora do capitalismo aflorou amargamente nas paralisações. Por outro lado, nesse período, mais do que o enfrentamento com o patronato, o centro do problema era a ditadura militar. A legislação repressiva, as posições reacionárias da grande imprensa e o comportamento intransigente do patronato tinham sustentação no aparato policial-militar. Assim, as lutas perderam rapidamente seu caráter localizado e específico e passaram a compor um processo de contestação do regime. A mítica palavra de ordem de Rosa Luxemburgo foi reeditada: "A greve geral derruba o general".

<sup>3</sup> Ver reportagens da grande imprensa sobre o período 1979-80 no arquivo de recortes de jornais do Centro de Documentação do Sindicalismo.

<sup>4</sup> Ver, por exemplo, Albano (1983) e Meira (1991).



## 4 - Fluxos e refluxos — 1980-88

Passados o impacto e a euforia das grandes mobilizações do final dos anos 70, o MS foi obrigado a defrontar-se com o peso da "herança corporativa" (SEFFNER, 1990), ou seja, do "Sindicalismo de Estado" (BOITO JUNIOR, 1991) e de sua existência real nos mais de 300 sindicatos urbanos e nas 15 federações estaduais. O modelo corporativo, com sua fragmentação das entidades, com sua ritualística burocrática e com o peso da inércia, passou a ser também o alvo para a renovação. "Derrubar o pelego e derrubar a ditadura fazia parte do processo de democratização que dava o eixo do nosso trabalho." (ROSSETO, 1990).

Após a onda de greves no final da década de 70, a ação coletiva dos trabalhadores entrou em refluxo por aproximadamente três anos, devido a alguns fatores. Primeiramente, a euforia inicial foi refreada pela repressão e pelas cassações de dirigentes. Em segundo lugar, as greves não provocavam a derrubada ou a transformação dos dirigentes conservadores. Os sindicatos mais combativos, por sua vez, continuavam tendo sua ação limitada pelas normas corporativas e restritivas da CLT. Em terceiro lugar, a partir de 1980, a economia brasileira entrou em recessão, com impactos imediatos sobre o nível de emprego. Entre 1980 e 1985, a População Economicamente Ativa aumentou em mais de 800.000 pessoas, e o total dos trabalhadores no setor formal diminuiu 12% (SARTORI, CATTANI, 1987).<sup>5</sup>

As eleições de 1982 também serviram para arrefecer as mobilizações. De um lado, uma série de sindicalistas reorientou seu engajamento para ampliar o esforço eleitoral do recém-criado Partido dos Trabalhadores. De outro, inúmeros sindicalistas diminuíram suas lutas, acreditando contribuir, com isso, para a vitória dos partidos de oposição, mais especificamente do PMDB. A mesma divisão foi reproduzida no debate travado em torno da constituição da central sindical. Enquanto aqueles identificados com o PT achavam que era o momento de fundar uma central única, segmentos da esquerda abrigados no PMDB (PCB, PC do B, MR8) esforçavam-se para postergar a sua criação. Os fracassos eleitorais restabeleceram a ação sindical no centro do esforço militante.

No dia 21 de julho de 1983, foi deflagrada a primeira greve geral, quase 20 anos depois da última greve nacional. Apesar da fraca adesão, ela revelou, com clareza, as posições no cenário político. Na semana precedente, multiplicaram-se as ameaças governamentais. A grande imprensa exortava os trabalhadores a não aderirem, os políticos pediam o adiamento *sine die* da paralisação. Nos dias que antecederam sua deflagração, ocorreram várias manobras militares, com deslocamento de tropas e tanques nas capitais. No dia 21, o centro de Porto Alegre amanheceu ocupado por contingentes armados do exército e por agentes da Polícia Federal. Estações de rádio e canais de televisão aumentaram seus esforços para associar a greve a tumultos e à violência. O caráter pacífico e ordeiro do movimento, os discursos sensatos das lideranças e suas propostas concretas desconcertaram os setores dominantes. Nesse dia, o MS deu uma lição de democracia e de responsabilidade para todo o País.

<sup>5</sup> Ver também Arandia (1990).

Os primeiros anos da década foram marcados por dificuldades internas (falta de recursos, de quadros, limitações burocráticas) e também pela recessão, que permitiu ao patronato demitir inúmeros militantes. Apesar do grande impacto sobre as relações trabalhistas e até sobre a política, o movimento sindical autêntico apresentava um quadro material e humano muito pobre. Entre 1981 e 1983, um grupo de dirigentes e militantes tentou implantar a Central Estadual de Trabalhadores (CET). Apesar de atemorizar o patronato, que superestimava sua real capacidade de intervenção, a CET não dispunha de nenhuma infra-estrutura material, seus participantes reuniam-se precariamente nas instalações do Sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, e seus registros administrativos limitavam-se a um livro de atas, que acompanhava a secretária-geral.

A criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), em agosto de 1983, impulsionou a realização do primeiro Congresso Estadual no RS, em outubro de 1984, com a presença de 454 delegados, representando 85 entidades (Diag. Sind: rel. pesq., 1990). A formação da CUT-RS marca, simbolicamente, o fim do refluxo das greves e da ação sindical. Nos anos 1984 e 1985, recomeçou a ofensiva sindical, que, afora os aspectos econômicos habituais, impulsionou a campanha pela redemocratização e pelas Diretas Já. Além da ampliação das pautas de reivindicações,<sup>6</sup> o MS obteve uma série de conquistas salariais e foi responsável "(...) pela ativação da economia brasileira, com a retomada do crescimento do PIB, ampliação do mercado de trabalho, com conseqüentes faturamentos e lucros para indústria, comércio, bancos e agricultura" (B. DIEESE, 1986).

Nas suas inúmeras palestras, em 1985 e 1986, o Diretor do DIEESE, Walter Barelli, sustentava que, considerando sua contribuição para a retomada do desenvolvimento econômico, poder-se-ia atribuir ao MS o título de "economista do ano".

Apesar da relativa paralisação do movimento social, devido à agonia e à morte de Tancredo Neves no segundo trimestre de 1985, o extraordinário poder de pressão sindical continuou a crescer e passou a preocupar sobremaneira a composição de forças políticas da chamada Nova República. O noticiário nacional foi dominado pela discussão em torno do "pacto social", justificado para impedir um possível retrocesso político. Na verdade, não havia nenhuma ameaça no horizonte, a não ser a perspectiva de redistribuição de renda que as lutas sindicais implementavam lentamente. Especialmente às vésperas das campanhas nacionais das grandes categorias (metalúrgicos, bancários), a proposta de pacto foi a estratégia governamental para tentar neutralizar as mobilizações crescentes. Estratégia inútil, pois o sucesso das campanhas salariais unificadas foi acompanhado pela intensificação e pela generalização das greves no segundo semestre. Em 1985, ocorreram, ao todo, 68 greves, e a tendência era de alastramento das paralisações até mesmo naqueles setores habitualmente refratários a mobilizações de massa. Esse período é um dos mais ricos em acontecimentos que revelam o MS como elemento central para o entendimento dos processos econômicos

<sup>6</sup> Ver Arandía (1990).



e sociais.<sup>7</sup> Conforme demonstram as análises contundentes de, por exemplo, Raimundo Faoro e Roberto M. Unger, havia, de um lado, um governo caracterizado pela direção medíocre e hesitante de um ex-dirigente do partido de sustentação da ditadura militar, enredado no pacto que garantiu a transição política e a liberalização do regime. Como base de sustentação do governo, um setor empresarial sem tradição em negociações diretas, dependente das regras autoritárias e tutelares próprias do "capitalismo protegido e cartorial". O interesse comum de ambos, Governo e patronato, era simplesmente a manutenção do sistema de vantagens clientelísticas que preservam a plutocracia brasileira. E havia, de outro lado, o movimento sindical, cuja força crescente desestabilizava as práticas governamentais e patronais. A obtenção de aumentos reais significava distribuição de renda, as lutas pela transformação nas condições de trabalho significavam questionamento do monopólio gerencial do patronato, a autonomia das reivindicações e das formas organizativas traduzia-se em aumentos dos espaços de realização da cidadania. É inegável que esses avanços eram setorializados, mas, com o tempo, repercutiam também sobre as categorias não organizadas.

Nas condições daquele período, a inflação, que permite ao patronato neutralizar os ganhos salariais, provocava o aumento da ação grevista, intensificando os conflitos numa dinâmica que escapava do controle governamental e patronal.

Seria ingenuidade resumir a questão política mais ampla ao conflito capital *versus* trabalho. A ordem ou a desordem econômica e, no caso brasileiro, a espiral inflacionária estão associadas a um "(...) conflito entre todos os grupos da sociedade civil organizada, cada um desejando se apoderar da renda dos demais por força da ação econômica do Estado" (BARBOSA, 1993, p.37).

A ação dos trabalhadores tumultuava as condições do conflito distributivo entre os setores capitalistas, provocando o fracasso da política gradualista adotada entre março de 1985 e fevereiro de 1986.

"A frustração e a insatisfação das camadas conscientes e crescentemente organizadas, aliadas aos impactos sociais da inflação, da extorsão financeira, da corrupção impune e do arrocho salarial, renunciavam resultados eleitorais extremamente desfavoráveis à composição política de sustentação do Governo Sarney. O descrédito do parlamento e dos políticos profissionais ampliava as possibilidades de vitória de lideranças que haviam se destacado no processo de lutas. Continuando a ocorrer em 1986 o crescimento da mobilização popular como nos anos anteriores, a efervescência social decorrente não seria canalizada eleitoralmente para os partidos conservadores ou situacionistas. O Plano de Estabilização Econômica (Cruzado I) reverteu bruscamente estas expectativas." (CATTANI, 1990, p.152-153).

---

<sup>7</sup> As melhores informações sobre esse período podem ser obtidas no artigo de Nuñez (1990).

O Plano Cruzado, dentre outros objetivos, buscou recompor a capacidade de comando dos setores dirigentes. Efetivamente, por um curto lapso de tempo, o Plano conseguiu neutralizar, inclusive em termos ideológicos, a ação sindical.

"O Pacote rompe com a tendência à unificação dos movimentos grevistas (...) os setores mais fisiológicos (Federações e Confederações) refluíram novamente para posições imobilistas (...) isolando os setores mais combativos." (NUÑEZ, 1990, p.100).

Acordos negociados foram descumpridos ou posteriormente denunciados pelo patronato ao TST (caso Gedore). Grevistas e dirigentes foram inapelavelmente demitidos — sapateiros em Sapiranga, funcionários da EBCT, da CRT e de hospitais em Passo Fundo, entre outros.

Em nenhum outro momento o Governo Sarney revelou mais claramente seu autoritarismo. As duas greves gerais que ocorreram em 1986 (setembro e dezembro) foram duramente reprimidas, com intervenções da Polícia Federal e da Polícia Militar num esquema organizado pelo Ministro-Chefe do SNI, General Ivan de Souza Mendes. O Secretário de Imprensa da Presidência, Fernando César Mesquita, deu ordens ao DENTEL e aos meios de comunicação de não divulgarem entrevistas e notícias sobre as greves. Em 9 de setembro, o Ministro da Justiça, Paulo Brossard, utilizou uma cadeia de rádio e televisão para ameaçar duramente os grevistas e criticar a CUT por tentar "desestabilizar o Plano Cruzado"! Nesse período, inúmeras greves foram arbitrariamente decretadas ilegais, e decisões dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) favoráveis aos sindicatos foram julgadas improcedentes pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST). O engodo do Plano Cruzado teve uma dimensão política específica. Em novembro de 1986, ocorreram as eleições gerais, e o congresso eleito teve funções constituintes.

O resultado materializou-se, dentre outros fatos, na composição conservadora do Congresso Constituinte, com nítido domínio dos representantes dos setores empresariais e da bancada ruralista.<sup>8</sup> Com raras exceções, sindicalistas, representantes do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra e inúmeros militantes do movimento social foram derrotados, comprometendo a estratégia de reforçar as conquistas sociais com a luta parlamentar. Apesar disso, no processo constituinte, o movimento sindical conseguiu respaldar os parlamentares progressistas para a obtenção de alguns ganhos na legislação social. Destacaram-se nesse trabalho os parlamentares gaúchos ex-dirigentes sindicais, Olívio Dutra (Sindicato dos Bancários de Porto Alegre), Paulo Paim (Sindicato dos Metalúrgicos de Canoas) e Hermes Zanetti (CPERS).

Em 1987 e 1988, o andamento do processo constituinte e a incapacidade administrativa do Governo Sarney, somados ao recrudescimento da inflação provocaram transformações no MS e a ampliação do número de greves em todo o País. Os conflitos assumiram dimensões jamais vistas, tanto pelo número de categorias envolvidas como pela quantidade de grevistas. Em 1987, os professores estaduais fizeram a mais longa greve de sua história (96 dias); a greve nacional dos bancários teve adesão total em

---

<sup>8</sup> Ver *Quem é Quem na Constituinte* (1989).

Porto Alegre. Outras categorias, como a dos servidores públicos federais, passaram a articular, pela primeira vez, movimentos nacionais. Apesar da consolidação da democracia política, as respostas do Governo continuaram marcadas pela violência e pela pressão sobre os Tribunais Regionais do Trabalho e sobre o TST.

Pode-se identificar o ano de 1988 como o marco final de uma fase do Novo Sindicalismo, caracterizada pela renovação e pela ampliação das lutas sindicais, pela tomada de sindicatos conservadores e pela participação decisiva nas lutas pela democratização da sociedade e na ampliação dos direitos sociais.

## **5 - Crise e renovação**

A partir de 1988, o MS passou por uma séria crise, obrigando-o a redefinir suas expectativas, suas estratégias de ação e seu papel na sociedade. Reivindicações fundamentais no Novo Sindicalismo foram contempladas na Constituinte (fim da possibilidade de intervenção do Estado nos sindicatos, direito de greve, direito de sindicalização para os funcionários públicos, direito de formação de comissões por local de trabalho, etc.). Mesmo que alguns desses direitos tenham sido limitados pelas leis ordinárias (RODRIGUES, 1990, p.18), a nova legislação, aparentemente, retirou do Estado o papel de inimigo principal do MS. Até então, era fácil culpar o Governo por todos os problemas. Com o fim da intervenção, o MS teve que assumir responsabilidades diversas e se confrontar com suas próprias deficiências e com as divergências crescentes no seio do Novo Sindicalismo. A crise caracterizou-se, em parte, pelo esgotamento do padrão de militância definido pela ideologia da esquerda clássica e pelo ativismo dioturno. Com os sucessos eleitorais do Partido dos Trabalhadores, o sindicalismo até então entendido como uma instância obrigatória na construção do socialismo passou para um segundo plano.

Inúmeros fatores internos e externos obrigaram os militantes que permaneceram nas lides sindicais a repensarem suas posições políticas e suas práticas sindicais (CATTANI, 1992). A crise foi ampliada pelas mudanças do contexto econômico impostas pelas práticas governamentais e pelo novo paradigma produtivo. Em sete anos, foram decretados seis pacotes econômicos, que, de forma arbitrária, incoerente e, por vezes, inútil, alteraram as regras do jogo econômico, da política salarial, etc. A inflação foi de 1.037% em 1988, de 1.785% em 1989 e de 1.486% em 1990. Uma estranha linguagem foi incorporada pelos sindicalistas, "gatilhos", "vetor corretivo", "pré-fixações", "expurgos", "deduções das antecipações", etc., tornando os dissídios um quebra-cabeça para os negociadores de ambos os lados. Excelentes ganhos obtidos através de greves ou de negociações eram rapidamente anulados pela inflação de um ou dois meses. Houve uma nítida deterioração dos rendimentos reais (HERRLEIN JUNIOR, 1992, p.168), que atingiu sobretudo o setor público.

Além dos choques econômicos e da inflação galopante, o MS teve que enfrentar o processo de reestruturação do setor produtivo. Novas tecnologias, novas formas de gestão da força de trabalho, realocização espacial, terceirização e diversas outras

estratégias empresariais provocaram mudanças do padrão convencional do trabalhador sindicalizado e da base técnica na qual este trabalhador se referenciava.<sup>9</sup>

De modo geral, até o final da década de 80, o MS surpreendeu o patronato. As iniciativas diretas dos trabalhadores, greves, mobilizações, atuação junto às CIPAS e às iniciativas indiretas, ofensiva junto à opinião pública, organização de eventos, etc., foram contra-atacadas por um empresariado acostumado a contar com a proteção legal e policial do Estado. As respostas eram quase sempre truculentas, envolvendo violência direta, demissões de lideranças, perseguições aos dirigentes. Por exemplo, um dirigente do Sindicato Metalúrgico de São Leopoldo, ao voltar ao trabalho na empresa protegido pela estabilidade, foi colocado numa redoma de vidro no centro da fábrica, permanecendo totalmente isolado dos colegas. Após a intervenção da DRT, foi transferido para uma espécie de porão, com alto índice de barulho e vibração. O caso só foi "resolvido" com a demissão negociada às vésperas da aposentadoria.

Essas estratégias primárias se revelaram insuficientes para barrar o crescimento do MS, que, dentre outras iniciativas, chegava à mesa de negociação com pautas crescentemente complexas e levadas por dirigentes cada vez mais capacitados a discutir técnica e politicamente.

Relatos de negociações no início dos anos 80 revelam a utilização de táticas pouco civilizadas, tais como "cadeiras mais altas para os negociadores patronais, sentar o adversário frente ao sol ou próximo de um potente aparelho de ar condicionado, confundi-lo com tabelas, gráficos, séries estatísticas, etc.". Essas táticas, divulgadas inclusive em materiais e cursos da Confederação Nacional da Indústria, foram sendo substituídas por outras mais "humanas e profissionais", cujo objetivo, entretanto, continuou sendo a desqualificação do adversário.<sup>10</sup> Nesse período, intensificaram-se as práticas conhecidas no meio jurídico como "ilícito trabalhista". A legislação é deliberadamente descumprida e, no caso de reclamação dos trabalhadores, a causa é transferida para a Justiça do Trabalho, porque se aposta na demora da resolução. Confirmada a sentença a favor dos trabalhadores, os débitos ficam reduzidos em mais de 30% por conta da tramitação e do sistema de cálculo (COELHO, 1993).

Mesmo assim, forçada a mudar, parte do empresariado, nos anos 90, qualificou-se ou formou assessorias especializadas para melhor enfrentar as demandas sindicais e a resistência dos trabalhadores nos locais de trabalho.<sup>11</sup>

A conjugação de fatores econômicos e de iniciativas empresariais mais "modernizantes" restabeleceu a capacidade de controle patronal e traduziu-se na nítida redução do impacto desestabilizador das greves por categoria. De uma certa maneira, no Governo Collor, repetiu-se a situação política e ideológica dos primeiros meses do Plano Cruzado. O acatamento do resultado eleitoral pela oposição e o relativo apoio

<sup>9</sup> Ver, por exemplo, Roese (1989).

<sup>10</sup> Ver, por exemplo, Lobos (1986, 1988).

<sup>11</sup> Ver, por exemplo, o projeto da FIERGS (s.d.) e o material da CNI/Divisão de Relações de Trabalho, 1992, com transmissão pela TV-Executiva, e também o *Jornal Fator RH* (1991/93).

popular às primeiras medidas de impacto do novo Governo (Plano Collor I) enfraqueceram, momentaneamente, o MS. As greves multiplicaram-se no RS (91 greves em 1990), mas foram localizadas majoritariamente no setor serviços e no setor público. As tentativas de greve geral em junho de 1990 e em maio de 1991 obtiveram pouco sucesso. Elas evidenciaram a divisão do MS e especialmente a cooptação dos dirigentes da CGT e da Força Sindical ao Governo Collor. Políticos conservadores e moderados não hesitaram em classificá-las como impatrióticas. O patronato e a grande imprensa reeditaram as declarações de 1978, classificando as greves como tentativas de "desestabilizar o regime que estava retomando o desenvolvimento e a moralidade"! Os editoriais dos grandes jornais não poderiam ser mais explícitos: "A greve da insensatez" (ZH, 22.5.91), "Sabotagem mal-sucedida" (ZH, 23.5.91).

Bastião irredutível de oposição ao Governo Collor, o MS teve, entretanto, uma participação discreta no processo de *impeachment*. De modo geral, a partir de 1990, diminuíram as greves em todos os ramos do setor privado. O espectro do desemprego e a adoção de uma política de reajustes salariais que ampliou o rendimento médio real<sup>12</sup> contribuíram para o arrefecimento das mobilizações.

O mesmo não ocorre nos diferentes níveis do setor público. O ativismo sindical vem se ampliando ano após ano. Nas grandes cidades, os municípios têm estendido suas conquistas, seja pela negociação qualificada com administrações progressistas, como no caso de Porto Alegre, seja pelo atendimento das reivindicações tornado possível graças à ampliação das receitas municipais com os novos dispositivos constitucionais.

A nível estadual, a questão é mais complexa. A gradual redução do aparelho administrativo estadual forçou a organização de categorias sem nenhuma tradição sindical. As vantagens obtidas anteriormente pela relativa disponibilidade de recursos do Governo Estadual ou pelo jogo político clientelístico passaram a ser disputadas através de associações e dos sindicatos. Multiplicaram-se as entidades, sem, contudo, unificarem totalmente suas lutas. A pauta de reivindicações é ainda corporativa e busca defender princípios não isonômicos (ver o caso da CEEE). Um caso a parte é o CPERS, que deflagrou nove greves de longa duração e com grandes índices de adesão (BULHÕES, ABREU, 1992).

Na esfera federal, observa-se o crescimento do MS, na medida em que se amplia a degradação do aparelho de Estado. Isso é visível especialmente nas universidades federais, que realizaram greves importantes em 1981, 1983, 1985, 1987, 1989, 1991 e 1993. As demais mobilizações dos servidores federais ocorreram com grande intensidade a partir de 1988, mas somente cinco anos depois foi constituída pela primeira vez uma efêmera coordenação estadual. Embora enfrentando o mesmo empregador, os servidores federais continuam divididos em inúmeras associações e sindicatos, que ampliam a diversidade profissional e a defesa de privilégios corporativos. As entidades

---

<sup>12</sup> Ver Informe PED (1993).

representativas tendem a se multiplicar continuamente, e sua unificação nas instâncias de segundo e terceiro graus (federações e confederações) obedece a critérios e a objetivos díspares. Isso revela-se problemático, pois as negociações e as mobilizações seguem calendários e lógicas definidos por categoria. De modo geral, os níveis de participação e de organização foram e continuam sendo totalmente diferentes.

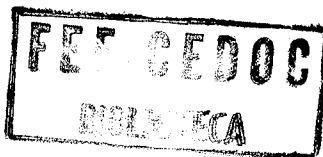
## **6 - Anos 90: um balanço crítico**

Em pouco mais de 10 anos, o MS obteve resultados positivos extraordinários, dos quais destacamos a contribuição decisiva para o fim da ditadura militar e o resgate dos princípios de cidadania de milhões de trabalhadores. As lutas sindicais não foram apenas por salários, mas por liberdade e igualdade. Mais do que qualquer outro movimento social, através das ações sindicais os trabalhadores passaram a tomar consciência da sua importância no processo produtivo e descobriram que direitos sociais não decorrem da benemerência patronal ou das elites esclarecidas, mas são, na verdade, conquistas obtidas nas lutas concretas.

Nestes últimos anos, houve um grande esforço de renovação do MS, com repercussões em termos institucionais e políticos. Entretanto a permanência de grande número de problemas impede que as ações sindicais tenham impactos mais positivos sobre o processo de transformação. Podemos destacar os problemas de ordem externa, tais como o processo inflacionário sempre próximo da hiperinflação, o desemprego permanente, a precarização das situações de trabalho. Mas, como já nos referimos anteriormente, essas são estratégias que, bem ou mal, fazem parte da normalidade capitalista. Os problemas mais sérios enfrentados pelo MS são aqueles relacionados a sua vida institucional e às formas ampliadas de participação dos trabalhadores.

Dentre eles, destacamos os mais graves, a começar pela tendência à multiplicação das entidades. Para apenas uma tentativa de unificação em 15 anos (Sindicato da Alimentação de Porto Alegre, que agregou mais dois sindicatos), existem dezenas de outros casos de fragmentação, seja pela divisão das bases territoriais, seja pela divisão por categorias profissionais. Esse fenômeno é particularmente visível nos diferentes níveis do serviço público. Funcionários de um mesmo ministério ou secretaria dividem-se, por vezes, em dezenas de sindicatos. Essa tendência não seria nefasta caso houvesse a filiação a uma central sindical. Entretanto esse não é o caso. A CUT permanece com um número reduzido de filiados e pouca capacidade de intervenção no sentido de reforçar as lutas levadas isoladamente. Novamente o exemplo é a primeira greve geral dos funcionários públicos federais em maio-jun./93, na qual a Central desempenhou um papel dispersivo e desmobilizador.

O MS ainda não conseguiu resolver a questão do baixo índice de sindicalização. Esse fenômeno tem várias repercussões: sobrecarga de trabalho para os militantes engajados, legitimidade questionável em certas iniciativas de dirigentes e enfraquecimento das lutas com objetivos mais amplos.



Observa-se também a tendência à profissionalização dos sindicatos, que passam a atuar como meros representantes da base, sem que esta mesma base conheça o conteúdo e as conseqüências das reivindicações e das negociações. O índice de sindicalização no Brasil continua sendo um dos mais baixos do Mundo, contando com menos de 10% dos trabalhadores urbanos. A maioria das atividades sindicais é desenvolvida por um número restrito de militantes e dirigentes. A isso se soma a transferência de militantes sindicais para as estruturas partidárias ou para as administrações municipais, sem que surjam substitutos com experiência e qualificações equivalentes.

Em termos de ações sindicais propriamente ditas, observa-se o esgotamento da greve como recurso de pressão. Por várias razões, o ano de 1992 registrou o menor número de greves dos últimos 10 anos. As negociações foram levadas até a exaustão para evitar a deflagração das greves. Isso incluiu até o CPERS-Sindicato, apesar da drástica redução dos salários. A decretação de uma greve recebe, cada vez mais, oposição entre os próprios trabalhadores. Mas, ao mesmo tempo, o MS não conseguiu criar outras formas de mobilização capazes de substituir a ação grevista. A mesma incapacidade reproduz-se na questão relativa à organização por local de trabalho. Poucos são os sindicatos que conseguiram acrescentar na pauta de dissídio a inclusão de delegados sindicais com estabilidade. As comissões de fábrica, ou comissões por empresa, são elementos fundamentais para a organização e para a capacitação dos trabalhadores. As experiências em curso estão limitadas a três casos na indústria metalúrgica (Zivi-Hercules, Estaleiro S6 e Forjas Taurus) e a uma dezena de casos no Setor Terciário, especialmente em empresas de processamento de dados.

Esses problemas, na sua maioria, são o ônus da herança corporativa ossificada pela CLT ao longo de quase meio século. O peso da tutela estatal faz-se ainda sentir sobretudo pelo fato de que a nova Constituição preservou os princípios da investidura sindical, da unicidade e do Imposto Sindical. Para alguns analistas, isso mantém o MS na velha camisa-de-força celetista.<sup>13</sup> A Constituição manteve igualmente a capacidade normativa e tutelar da Justiça do Trabalho, inclusive seu sistema de representação classista, que poucos benefícios traz para o MS autêntico. O princípio do substitutivo processual, isto é, a possibilidade de os sindicatos ajuizarem ações na Justiça do Trabalho, foi drasticamente limitado pela intervenção do TST em maio de 1993. A Súmula 310 do TST favorece os processos individuais, sobrecarregando os tribunais e tirando dos sindicatos um instrumento que permitia ampliar seu espaço de atuação. Essa, porém, é uma questão controversa<sup>14</sup> e está associada à discussão sobre a utilização de recursos jurídicos nas lutas sindicais. Para muitos sindicalistas e assessores sindicais, mantida essa tendência, os departamentos jurídicos dos sindicatos substituirão a organização de base e as mobilizações. Para outros, é uma oportunidade de reforçar a atuação dos sindicatos, que passam a atuar em favor de interesses realmente coletivos (SADY, 1991).

<sup>13</sup> Ver Boito Júnior (1991).

<sup>14</sup> Ver Beinusz (1993).

De qualquer forma, trata-se de um terreno pantanoso, na medida em que está aumentando rapidamente o imbróglgio jurídico no País. As trapalhadas do Executivo na decretação dos planos econômicos são acompanhadas por arbitramentos díspares nas várias instâncias do Judiciário. A Presidente da 14ª Junta de Conciliação e Julgamento do RS, em artigo recente, faz referência às

"(...) infinitas pautas dos Tribunais, à organização jurídica emperrada e arcaica, à legislação caótica e contraditória, impossível de ser cumprida, aos atropelos dos direitos adquiridos e dos princípios constitucionais mais elementares (...)" (ZH, 10.6.93).

Estão em tramitação ações coletivas e individuais referentes a reajustes salariais do Plano Bresser (26,05%), do Plano Verão (26,06%) e do Plano Collor (84%). Particularmente no que concerne às ações trabalhistas dos servidores públicos federais, a isonomia foi implodida por inúmeras decisões que beneficiam algumas categorias e outras não, por vezes, no mesmo ministério.

As adversidades externas e internas são tão sérias que levam a crer na decadência do MS autêntico ou na sua redução a mero agenciador de benefícios paliativos da exploração capitalista. Essa percepção pode ser reforçada pela análise superficial da crise do movimento tal como ela é divulgada nos meios de comunicação de massa: a CUT estaria implodida pelo sectarismo desagregador, o sindicalismo de negócios é o futuro, as grandes mobilizações são coisas do passado, a antiga palavra de ordem foi substituída por "Greve geral, tolice monumental".

Limitados a esses aspectos, estaríamos ignorando a admirável capacidade de transformação do MS. O desafio da renovação foi aceito, e, apesar de todos os percalços, lideranças e trabalhadores de base em número crescente estão engajados em processos e instâncias que visam recuperar a capacidade de iniciativa dos sindicatos, sua qualificação e sua responsabilidade plena nas lutas libertárias.

"Sindicato-cidadão" é a expressão que está sendo empregada para identificar esse esforço. "Ética, democracia, liberdade, igualdade, solidariedade, entendidas como valores universais, sem adjetivação, devem ser disputadas e conquistadas" (FERREIRA, 1992) pelo MS, que recupera seu referencial teórico e seu papel histórico, longamente comprometido pela tutela estatal. A expressão concreta do "sindicato-cidadão" revela-se na ampla discussão sobre a necessidade de formação e qualificação dos quadros e dos militantes de base. Não se trata mais da desgastada formação política que apropriava as facetas mais simplistas do marxismo-leninismo. O esforço é no sentido de criar condições para a autovalorização proletária que qualifica os ativistas como construtores conscientes e democráticos do processo histórico. Centenas de cursos são realizados anualmente, deixando de lado a "história do glorioso proletariado soviético" e abordando questões locais, específicas, como direito do trabalho, saúde do trabalhador, novas tecnologias, democratização da palavra, MERCOSUL e inúmeros outros temas.<sup>15</sup>

<sup>15</sup> Ver Plano Nacional de Formação (1993) e Forma e Conteúdo (s.d.), diversos números.



A memória e a cultura são entendidas como elementos indispensáveis na construção da identidade e da conscientização. A Comissão Intersindical de Cultura, criada em 1993, no RS, é um exemplo dessa promissora abertura do MS para outras facetas da criação humana. Na programação de aniversário de 50 anos do SINPRO-RS, um dos mais importantes sindicatos do Estado, peças de teatro e um concerto de piano com Arthur Moreira Lima substituíram as habituais e esvaziadas palestras. Nem por isso o sindicato deixou em segundo plano seus compromissos com a categoria e seu engajamento nas lutas amplas dos trabalhadores.

Em inúmeros sindicatos, essas inovações são acompanhadas por outras iniciativas. A imprensa sindical no RS é responsável pela produção de mais de uma centena de jornais, que constituem veículos alternativos à informação filtrada da grande imprensa.

Os sindicatos também têm atuado de forma decisiva em campanhas moralizadoras do serviço público, pressionando e fiscalizando a realização de concursos para provimento de cargos, denunciando fraudes e irregularidades em licitações. O SINTEL-RS e outros sindicatos do Estado são referência nacional na luta contra o sucateamento das empresas estatais e contra a entrega do patrimônio público para grupos privados. Essas lutas são sustentadas por posições políticas, mas também por estudos técnicos de alta qualidade, patrocinados pelas entidades. Diversos sindicatos tiveram papel destacado na demissão de um dos diretores do Banco Central envolvido com o caso PC Farias e na fiscalização que impediu emendas "lobistas" no Orçamento da União. As lutas dos servidores públicos, embora consideradas "estertores corporativos do funcionalismo que deveria ser reduzido e posto a trabalhar", representam um esforço extraordinário para impedir o prejudicial desmantelamento do aparelho de Estado. As universidades públicas federais, responsáveis por 90% da produção científica do País, sobrevivem, em grande parte, graças à resistência do movimento docente, que luta pela aprovação da LDB, para impedir a evasão de cientistas, a redução das verbas.<sup>16</sup>

As pautas de reivindicação nos dissídios têm contemplado uma gama extensa de direitos que legislação nenhuma teria possibilidade de concretizar. As demandas não são apenas de reajustes salariais. Elas abrangem a questão da democracia, do respeito humano, da participação responsável, da transparência e da ética administrativa (ver, como exemplo, o dissídio do SINDIÁGUA em 1993).

Esses e muitos outros exemplos nos permitem concluir explicitando a diferença básica entre o ciclo do Novo Sindicalismo, parcialmente esgotado em 1988, e a atuação do MS nos anos 90. Na fase anterior, o MS avançou desenvolvendo uma tática agressiva, de acirramento dos conflitos através de grandes manifestações públicas. O MS tinha visibilidade e tensionava as instituições e os demais segmentos da sociedade civil. Essa estratégia, à exceção do setor público, está momentaneamente esgotada. Nos anos 90, o MS passou a ter uma atuação mais discreta, trabalhando nos interstícios da sociedade. Isso pode ser entendido como uma prática defensiva que revela fragmentação e fraqueza (RODRIGUES, 1990, p.19). Na verdade, indica a maturidade

---

<sup>16</sup> Conforme **Iufor-Andes** (1993).

e a responsabilidade ampliada do movimento que foi capaz de aceitar o desafio da renovação imposto pelas novas condições econômicas e políticas.

Longe de estar perdendo prestígio ou de aceitar o papel de negociador da miséria, o MS tem conseguido, com muito esforço é certo, recuperar seu papel histórico e, aos poucos, capacita-se para exercer uma decisiva influência na redução das desigualdades e no processo de transformação do Brasil numa verdadeira democracia.

## Bibliografia

- ALBANO, Alzira (1983). **A ideologia do professor estadual do RS face aos seus movimentos grevistas de 1979 a 1980**. Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação/PPG.
- ANUÁRIO DOS TRABALHADORES (1993). São Paulo: DIEESE.
- ARANDIA, A. (1990). Reflexos da crise nos anos 80 sobre as relações de trabalho no RS. In: ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de, coord. **A economia gaúcha e os anos 80**. Porto Alegre: FEE. t.3.
- ARQUIVO DO CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DO SINDICALISMO 1979 (1980).
- BARBOSA, F. de H. (1993). Inflação e cidadania. In: VIEIRA, J. et al., org. **Na corda bamba: 12 estudos sobre a inflação**. Rio de Janeiro: Relume.
- BEINUSZ, Szmukler, coord. (1993). **Perspectivas do direito do trabalho**. Porto Alegre: Livraria do Advogado.
- BOITO JÚNIOR, Armando (1991). **O sindicalismo de Estado no Brasil**. Hucitec.
- BOLETIM DIEESE (1986). São Paulo, v.5, n.2.
- BULHÕES, M. da Graça, ABREU, Mariza (1992). **A luta dos professores gaúchos**. Porto Alegre: L & PM.
- CANHA, João de Deus (1986). **Herança proletária**. Porto Alegre: Intermédio.
- CATTANI, A. D. Sindicalismo e política. In: CATTANI, A. D., org. **Sindicalismo: ação e reflexão**. Caxias do Sul: Editora da Universidade.
- CATTANI, A. D. (1992). Trajetórias sindicais. **Revista do IFCH**, Porto Alegre: UFRGS, dez.
- COELHO, Rogério Vida (1993). Justiça do trabalho e cidadania. **Zero Hora**, Porto Alegre: RBS, 25 jun.
- DAVID, Marcel (1966). **Les travailleurs et le sens de leur histoire**. Paris: Cujas.
- DEMO, Pedro (1990). **Cidadania menor**. Petrópolis: Vozes.
- DIAGNÓSTICO SINDICAL: relatório de pesquisa (1990). Porto Alegre: FASE/RS.

- FATOR RH (1991/1993). Porto Alegre: FDRH. (Vários números)
- FERREIRA, Delmar (1992). Sindicato cidadão. **Cadernos da CUT: Jurídico e Relações Sindicais**, n.7, jan./jun.
- FIERGS (s.d.). **Sistema permanente de apoio sindical**. Porto Alegre.
- FORMA E CONTEÚDO (s.d.) São Paulo: CUT - Nacional. (Vários números)
- GOMES, Ângela de Castro (1988). **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: IUPERJ/Vértice.
- GORGEN, Sérgio, coord. (1991). **Uma foice longe da terra**. Petrópolis: Vozes.
- HERRLEIN JÚNIOR, Ronaldo (1992). Os rendimentos do trabalho na RMPA, 1985-1991. **Indicadores Econômicos FEE**, Porto Alegre, v.20, n.2, p.160-169.
- INFOR-ANDES (1993). Manaus. (Publicação especial no XII Congresso).
- INFORME (s.d.). Vozes na greve. São Paulo, p.4.
- INFORME PED: pesquisa de emprego e desemprego (1993). Porto Alegre: FEE, v.2, n.4, abr.
- LOBOS, Júlio (1986). **Manual de guerrilha trabalhista**. São Paulo: Melhoramentos.
- LOBOS, Júlio (1988). **Sindicalismo e negociação**. Rio de Janeiro: José Olympio.
- MEIRA, Fabiana (1991). **A construção de um caminho coletivo**. Porto Alegre: UFRGS/Faculdade de Educação/PPG.
- NUÑEZ, Tarson (1990). Movimentação grevista e sindicalismo. In: CATTANI, A. D., org. **Sindicalismo: ação e reflexão**. Caxias do Sul: Editora da Universidade.
- PETERSEN, Áurea et al. (1981). **Movimento grevista no RS 1945-1979**. Porto Alegre.
- PLANO NACIONAL DE FORMAÇÃO (1993). São Paulo: CUT - Secretaria Nacional de Formação.
- QUEM é quem na constituinte (1989). Brasília: DIAP.
- RECH, Hildemar (1987). **Novo sindicalismo**. Porto Alegre: UFRGS/IFCH/PPGS. (Dissertação de mestrado em sociologia)
- RODRIGUES, M. Leôncio (1990). Sindicalismo nos anos 80. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.4, n.1, jan./mar.
- ROESE, Mauro (1989). Novas formas de gestão do trabalho e relações gerência/operários. **Cadernos de sociologia**, Porto Alegre: UFRGS/PPGS, v.1, n.1.
- ROSSETO, Miguel (1990). Debate. **DisCut**, Porto Alegre: CUT/RS, v.1, n.1, jan.
- SADY, J. J. (1991). A criação do contencioso coletivo nos sindicatos face às novas vias legais de proteção. **Cadernos da CUT**, n.6, jul./set.

- SANTOS, José Vicente Tavares dos (1992). Dominação e modos de organização rural no Brasil. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra: Centro de Estudos Sociais, n.34, fev.
- SARTORI, Ari, CATTANI, A. D. (1987). A estrutura do emprego no RS: relatório de pesquisa. *Diário do Sul*, Porto Alegre, 7/8 dez.
- SEFFNER, Fernando (1990). A estrutura sindical no RS. In: CATTANI, A. D., org. *Sindicalismo: ação e reflexão*. Caxias do Sul: Editora da Universidade.
- SINGER, Paul (1981). *Dominação e desigualdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- SOARES, M. F. (1984?). *As greves de 1979 no RS*. Porto Alegre: PUC-IESPE
- ZERO HORA (10.6.93). Porto Alegre: RBS.
- ZERO HORA (22.5.91). A greve da insensatez. Porto Alegre: RBS.
- ZERO HORA (23.5.91). Sabotagem mal sucedida. Porto Alegre: RBS.

## **Abstract**

The course of the Union Movement of Rio Grande do Sul in the last 15 years is analyzed from a theoretical approach that ascribes a central role to unions in economic and social development. The article presents a critical balance of questions related to organization and action of workers associative movement and surveys the process of updating of unions' practice.